

Se liga nessa **História**

Milton Friedman



O grande historiador polonês Leszek Kolakowski disse que os filósofos erraram quando acreditaram que o dilema mais importante de um governante era conciliar liberdade e igualdade. O que um governante precisa, para ele, conciliar é **liberdade, igualdade e eficiência**. Muitos governos que pregaram a igualdade falharam na liberdade e na eficiência; muitos que defenderam a liberdade falharam na igualdade, e assim por diante. Já no século XIX, filósofos liberais como Alexis de Tocqueville temiam que a busca desenfreada por igualdade acabasse criando governos ditatoriais que solapassem nossa igualdade.

Justamente, o objetivo de Milton Friedman era conciliar, ao máximo que fosse possível, liberdade, igualdade e eficiência. Friedman foi um grande professor da Universidade de Chicago por mais de três décadas e prêmio Nobel de economia em 1976. Junto com Hayek, Mises e outros expoentes das escolas austríaca e de Chicago, Friedman é fundamental na retomada do liberalismo na segunda metade do século XX. Trata-se de um dos pensadores mais polêmicos do século XX.



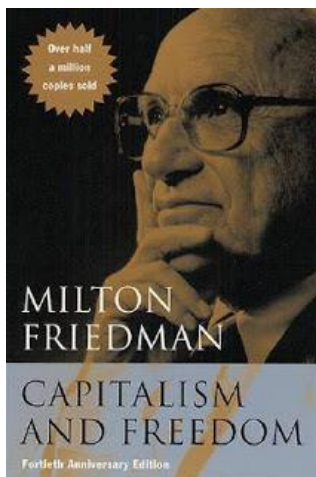
Nesta aula, focamos num livro de 1962, chamado **Capitalismo e Liberdade**.

Como liberal, Friedman defende a liberdade como tendo um valor em si mesma: *“quem busca na liberdade outra coisa que não ela própria, foi feito para servir”*, diria Tocqueville. Para os liberais, existe um problema ético fundamental: “o que fazer com a liberdade?” Esse problema só pode ser resolvido pelos indivíduos - o Estado nem ninguém pode dizer o que fazer com nossa liberdade, onde gastar, onde caminhar, onde viver, isto seria paternalismo; o governo apenas pode nos impedir de causar danos aos demais (é o chamado “princípio do dano”, como defendido por Stuart Mill).

Muitos liberais acreditam ser possível defender a liberdade na política, embora haja uma grande interferência estatal – em outras palavras, liberalismo político e econômico como se fossem diferentes. A ideia básica de Friedman é que liberdade política e econômica são inseparáveis: a liberdade política só existe de fato se existir também liberdade econômica. Capitalismo e democracia, para o autor, são irmãos siameses. Para o autor, assim, é impossível existir, como muitos defendem hoje, um “socialismo democrático”: nunca pode haver liberdade numa economia controlada, posto que a liberdade econômica é um fator fundamental para o homem ser livre e para diminuir o poder do Estado.

O liberal acredita que o governo deve existir apenas como um meio, um instrumento para garantir nossa liberdade. A sociedade é autônoma em relação ao governo e, diz Friedman, a maioria dos avanços aconteceu não por causa dos governos, mas por conta de indivíduos livres que, como foi o caso de um Martin Luther King ou um Giordano Bruno, foram perseguidos pelos poderes

estabelecidos. Mas Friedman lembra que o governo é necessário para a manutenção da lei e da ordem; o anarquismo, diz o autor, é bastante atraente como filosofia, mas é impossível num mundo de pessoas imperfeitas.



Se o governo é um instrumento para preservar a nossa liberdade, ele também pode ser utilizado para ameaça-la. Como ele pode nos ameaçar?

Em primeiro lugar, o governo deve ser limitado. A principal função do governo deve ser proteger nossa liberdade contra ameaças externas e contra a coerção de outros cidadãos, manter a lei, a ordem, garantir os contratos privados e fomentar os mercados competitivos. Os homens fazem contratos: acordos comerciais, acordos de emprego, de trabalho, de associação, etc. O Estado tem como tarefa primordialmente garantir o cumprimento desses contratos. Em resumo, o governo deve agir apenas onde o mercado for incapaz de atuar.

Muitas pessoas bem intencionadas defendem a centralização e o aumento do governo. Mas aí reside um grande perigo: você aumenta o poder do Estado hoje, que eventualmente está em boas mãos; entretanto, amanhã, pessoas nocivas podem se apropriar desse aparelho que foi armado nas melhores das intenções. Por isso, é sempre mais prudente limitar o poder.

O mercado livre, defende Friedman, protege a liberdade: tendo outras opções para comprar, o consumidor é protegido dos vendedores; tendo outras opções para vender, o vendedor é protegido dos consumidores; tendo outros lugares para trabalhar, o empregado é protegido dos empregadores. A vantagem é a impessoalidade do processo. Quando o mercado oferece uma diversidade de opções e caminhos, ele diminui a necessidade do governo. A representação pelo mercado, defende o autor, é mais eficiente que a representação por partidos políticos – se o governo decidisse o que dar para cada um sobreviver a diversidade seria menor do que o que pode ser provido pelo mercado.

Enfim, para ele, se os indivíduos buscarem seus próprios interesses, como já dizia Adam Smith, uma espécie de mão invisível garante o bem comum, mesmo que este não fosse almejado por esses indivíduos.

Em segundo lugar, o poder não pode estar concentrado, mas deve estar tão disperso quanto for possível. Se, dentro de um país, os diferentes municípios tiverem autonomia na educação e saneamento básico, por exemplo, além de isso diminuir a burocracia, isso aumenta minha liberdade, pois posso me mudar de cidade ou estado conforme minha preferência; se tudo for concentrado no poder central, fica mais difícil. É complicado existirem, num mesmo país, vários “governos”; mas é possível existir centenas de pessoas com alta renda. A existência de várias pessoas com renda, defende o autor, pode fazer o contraponto ao poder do Estado.

Friedman possui várias propostas para diminuir a pobreza. Para ele, planos que ajudam apenas o idoso ou o estudante, independente de eles serem pobres ou ricos, são ineficientes e injustos, além de criarem uma enorme burocracia. O foco deveria ser a pobreza. Mas não deve-se dar serviços públicos aos mais pobres ou obrigá-los a gastar seu dinheiro de uma forma ou outra: isso seria paternalismo, seria violar a dignidade dos mais pobres, como se eles não tivessem autonomia ou inteligência de saber gastar seu dinheiro.

O primeiro liberal a propor um projeto de distribuição de renda foi Thomas Paine, em seu livro *Agrarian Justice*, de 1797, publicado durante a revolução francesa. Para o autor, o governo deveria taxar os homens no momento da morte, retirando 10% de sua herança. A partir de então, esses 10% formariam um fundo que deveria ser redistribuído a todos, ricos ou pobres.

O que Friedman propõe é o seu famoso imposto de renda negativo. Vejamos, abaixo, ele explicando essa proposta e outros conceitos:

➤ **Milton Friedman - Redistribuição de riqueza**



➤ **Milton Friedman – defende IR de até 50% e Imposto de Renda Negativo**

Milton Friedman defende IR de até 50% e Imposto de Renda Nega...



➤ Milton Friedman – Salário Mínimo

Milton Friedman - Salário Mínimo



❖ *Quer ficar ninja em ciências humanas?*

Acesse: <http://seliganessahistoria.com.br>

ou chama no whats:



+55 11 968664-3839